

Cisne/Rede/INPA



Na comunidade do Morro Santana, em Porto Alegre, produção de edredons usa fios extraídos de garrafas PET

Senado doa obras em braile na feira do livro do Tocantins

Livros em braile e audiolivros serão doados hoje, no estande do Senado instalado no 6º Salão do Livro do Tocan-

tins, a entidades locais que oferecem serviços aos portadores de deficiência visual. A feira está aberta até sábado. 4

Robert/Homem



A Constituição e o Acordo ortográfico estão entre as obras que serão doadas

Venda de produto reciclado pode ficar isenta de IPI

Projeto de Serys Slhessarenko, que recebeu parecer favorável de Renato Casagrande, está na pauta de amanhã da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

A proposta determina a alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente nos produtos reciclados e nos resíduos recicláveis vendidos pelas indústrias. O projeto considera resíduo reciclável o material resultante de bens de consumo industrializados descartados

ou inservíveis, passível de reaproveitamento em novo ciclo de produção industrial e consumo; também define como empresa recicladora aquela cuja principal fonte de receitas seja a reciclagem de resíduos. Serys argumenta que o descarte inadequado representa séria ameaça ao meio ambiente. 3

Comissão debate hoje formação profissional para mercados de petróleo e etanol 4



Ceard/Viegas

Heráclito cobra posição de Dilma sobre royalties 4



Ceard/Viegas

Mão Santa adere à vigília pelos aposentados 3



Jose/Cruz

Simon lamenta que Cardozo desista de eleição 4



Jose/Cruz

Adelmir reitera: intervenção não é saída para o DF 4



Ceard/Viegas

Gurgacz alerta para avanço do uso do crack no país 3

Rei Carlos XVI Gustavo e rainha Sílvia chegam amanhã ao país acompanhados por empresários suecos. Venda de 36 caças à FAB é um dos destaques da visita ao Brasil

Sarney e Michel Temer recebem casal real sueco

O PRESIDENTE JOSÉ Sarney recebe na quarta-feira, às 10h, o casal real da Suécia, Carlos XVI Gustavo e Sílvia, no Salão Nobre do Senado, em companhia do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Com o rei e a rainha, chega uma comitiva de empresários suecos para estabelecer negócios em vários setores, inclusive etanol e combustíveis limpos, além de tratar da venda de 36 caças Gripen NG, da indústria Saab, em disputa com os caças franceses Rafale, da Dassault, e com os norte-americanos F-18 Super

Hornet, da Boeing. Os caças serão comprados para modernizar a Força Aérea Brasileira (FAB).

O casal terá uma longa agenda, que inclui um jantar com o presidente Lula amanhã, visitas ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), à Embraer, e à Base Aérea de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. A rainha Sílvia vai ao Recife visitar a sede da Vara da Infância e da Juventude, que tem parceria com a World Childhood Foundation, criada por ela para proteger e apoiar crianças pobres e vítimas de violência em todo o mundo.



Fábio Rodrigues Pereira, diretor de Recursos Humanos da Câmara, relata experiência de gestão estratégica naquela Casa

“Sem estratégia, todo mundo atira para todo lado”

A equipe de coordenação do planejamento estratégico da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs) promoveu, na sexta-feira, palestra com o diretor de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados, Fábio Rodrigues Pereira. Ele relatou a experiência de implantação e condução da gestão estratégica daquela instituição, iniciada de forma setorial, em

2006, na Diretoria de Recursos Humanos. O trabalho começou a partir de questionamentos básicos, como “qual a razão de existir do setor?”, “existe uma estratégia clara para o alcance de nossas metas?”, “como medir resultados?”, entre outras.

– Antes disso, nós apenas respondíamos aos principais reclamos de servidores e parlamentares. Sem estratégia, todo mundo

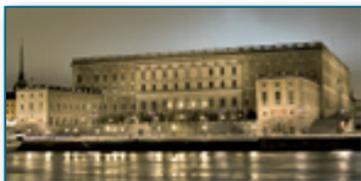
atira para todos os lados.

Da Diretoria de Recursos Humanos, o processo de gestão estratégica foi estendido aos outros setores da Casa.

Ao final, o diretor da Secs, Fernando Cesar Mesquita, disse acreditar que a discussão sobre gestão estratégica iniciada na Secs tende a se converter em proposta de gestão para todo o Senado.

Reino da Suécia

Modelo de Estado assistencial, a Suécia tem população menor que o Paraná e território menor que a Bahia



• Área: 450.295 km²
• População: 9,1 milhões
• Capital: Estocolmo

Fonte: CIA World Factbook

Até republicanos respaldam a monarquia democrática

Desde o século 18, quando assumiu a atual dinastia Bernadotte, a Suécia é uma monarquia democrática. Inicialmente, a Casa Real dividia o poder com o Parlamento. Em 1917, instituiu-se o parlamentarismo em definitivo, com o modelo institucional que vigora até hoje, um dos mais democráticos do mundo.

A monarquia sueca é apoiada por todos os partidos com representação no Parlamento.

O próprio Partido Republicano jamais questionou a natureza da monarquia.

A Suécia é também um modelo de Estado assistencial, com seguro-desemprego de ampla cobertura e assistência médica gratuita.

O rei Carlos XVI Gustavo, de 63 anos, assumiu o trono em 1973. Ele a rainha Sílvia têm três filhos: Vitória, Carlos Felipe e Madalena.

Correção

Ao contrário do que informou a edição de 18 de março, o senador Acir Gurgacz sugere a aplicação no setor de transporte de ao menos 0,5% do PIB, e não de 5%.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Rede católica de ensino

14h Os senadores comemoram os 15 anos da Universidade Católica de Brasília e homenageiam a rede católica de ensino. A sessão é não deliberativa.

CI Formação profissional

18h A Comissão de Serviços de Infraestrutura debate a formação e capacitação de recursos humanos em energia, petróleo e etanol. Foram convidados representantes de laboratórios, de institutos de tecnologia e da indústria.

Terça-feira

CMA Gerenciamento das águas

9h30 A Comissão de Meio Ambiente debate o gerenciamento das águas superficiais e subterrâneas com Paulo Varella, da Agência Nacional de Águas, e Everton Luiz Costa Souza, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, entre outros.

CAE Habitação popular

10h Na pauta, projeto que trata de isenção do Imposto de Renda para empresas que fizerem doações de materiais para uso em programas governamentais de habitação popular. A comissão analisa também proposta sobre sigilo financeiro.

CE Uso oficial da internet

10h Entre os 20 itens da pauta da Comissão de Educação, projeto autoriza uso da internet como meio de comunicação oficial e outro que obriga escolas a cederem salas para classes de alfabetização.

CAS Opção de saque do FGTS

11h Propostas que ampliam benefícios a aposentados estão na pauta de 18 itens da Comissão de Assuntos Sociais, entre eles o que autoriza o saque do FGTS quando o idoso voltar a trabalhar.

Quarta-feira

CCT Retrato de ex-presidente

9h Não haverá reunião deliberativa da Comissão de Ciência e Tecnologia nesta semana. O retrato do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) será colocado na galeria de ex-presidentes.

CCJ Cinco PECs na pauta

10h Na pauta desta semana da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cinco propostas de emendas à Constituição, entre elas a que assegura a contagem do tempo para estagiários ou bolsistas para fins de aposentadoria.

CPI do MST Dois depoentes

14h Serão ouvidos representantes da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, Ademar Paulo Ludwig Suptitz, e do Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo, Gustavo Augusto de Moura.

Quinta-feira

CMA Vinte anos do CDC

9h Audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle debate os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Geraldo Mesquita Júnior • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvío Burle
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Mão Santa apoia nova vigília do Congresso em favor dos aposentados

O senador Mão Santa (PSC-PI) anunciou em Plenário sua adesão à nova vigília do Congresso Nacional em favor da recomposição dos valores de aposentadorias e pensões. A mobilização foi convocada para o dia 10 de abril pelo senador Mário Couto (PSDB-PA), que estimou em 46% as perdas nos benefícios previdenciários no atual governo. Mão Santa também chamou os aposentados a não perderem a esperança na derrubada do fator previdenciário pelo Congresso.

– Paim quer derrubar o fator previdenciário, mas o Lula e o ministro da Previdência não querem – lamentou, ao registrar os esforços do senador Paulo Paim (PT-RS) em favor dos aposentados.

Mão Santa também criticou o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PSDB-SP), por ter assumido e não cumprido compromisso de apressar a votação de projetos aprovados pelo Senado em favor dessa parcela da população.

O senador acredita que Lula seja o líder político mais popular do país e que as ações do governo em prol da valorização do salário mínimo e do trabalho são um acerto do presidente, mas considera inválidas as pesquisas de opinião que apontam aprovação do governo.



Lula e o ministro da Previdência não querem derrubar o fator previdenciário, diz Mão Santa

Acir Gurgacz defende programa para atender ao usuário do crack

O uso do crack vem aumentando no país, atinge todas as classes sociais e já está presente nas pequenas cidades, para o desespero das famílias. O alerta foi feito na sexta-feira pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que defendeu a imediata adoção de um programa destinado a atender ao usuário da droga.

– O crack entrou sorrateiramente em praticamente todos os rincões do país, atacando silenciosamente as bases de algumas famílias brasileiras. Mais conhecido como “a pedra da morte”, o crack tem que ser encarado como um problema de saúde e não apenas uma questão policial – disse o senador.

Entre as providências para enfrentar o problema, Gurgacz mencionou oferta de internação gratuita aos usuários da droga, extensão do tratamento para as pequenas cidades e conscientização do risco do uso da droga – a ser feita nas escolas, associações, igrejas e outras instituições. O senador também defendeu a atenção especial às famílias ao usuário.



Gurgacz: “O crack tem que ser encarado como problema de saúde, e não apenas questão policial”

Proposta que será votada amanhã pela CMA beneficia empresas nas quais a os resíduos recicláveis representem pelo menos 70% do custo de matérias-primas usadas na fabricação dos novos bens



Comunidade do Morro Santana, em Porto Alegre, fabrica edredons utilizando fios produzidos a partir de garrafas pet: menos imposto para produto reciclado

Alíquota zero de IPI para produtos fabricados com resíduos recicláveis

PRODUTOS FABRICADOS POR empresas recicladoras e resíduos recicláveis poderão ter a alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzida a zero. De acordo com projeto que será analisado amanhã pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a renúncia fiscal beneficiará empresas nas quais a aquisição de resíduos recicláveis (bens rejeitados e sem serventia) represente ao menos 70% do custo de matérias-primas usadas no novo processo produtivo.

Apresentado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o projeto (PLS 510/09) considera resíduo reciclável o material resultante de bens de consumo industrializados descartados ou inservíveis, passível de reaproveitamento em novo ciclo de produção industrial e consumo, definindo como empresa recicladora aquela cuja principal fonte de receitas seja a reciclagem de resíduos.

Serys argumenta que o descarte inadequado de resíduos representa séria ameaça ao meio ambiente, sendo fonte de graves impactos sobre a saúde das populações. A dimensão do problema é de tal ordem que muitos países concedem compensação financeira àqueles que se dispõem a receber esses resíduos.

A senadora ressalta também o caráter social da reciclagem, por gerar oportunidades de ocupação e emprego.

O relator, Renato Casagrande (PSB-ES),

favorável à aprovação, diz que a reciclagem possibilita menor intensidade na exploração de recursos naturais, pois viabiliza menor consumo de matérias-primas e de energia por unidade de produto.

A proposta estabelece que o Executivo estimará a renúncia de receita e a incluirá no projeto de lei orçamentária posterior à entrada em vigor da norma. Após o exame da CMA, o projeto seguirá para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Proposta de Serys Slhessarenko, que tem parecer favorável de Casagrande, gera oportunidade de emprego e renda



Senadores celebram 15 anos da Universidade Católica de Brasília

O Senado vai comemorar os 15 anos de instalação da Universidade Católica de Brasília (UCB) e homenagear a rede católica de ensino no país, representada pela Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec). A homenagem será feita em Plenário hoje, a pedido do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Cristovam explica que as atividades do ensino superior da Católica no Distrito Federal já somam 36 anos, sendo realizadas, antes da instalação da UCB, pelas Faculdades Integradas. A universidade é mantida pela União Brasileira de Educação e Cultura (Ubec), uma sociedade civil sem fins lucrativos, filantrópica, de utilidade pública e formada por seis congregações religiosas. Já a Anec é uma associação de direito privado, constituída por pessoas jurídicas, ligada à educação católica, que segue os princípios da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O início da sessão do Plenário de quarta-feira será destinado a comemorar os 40 anos de fundação da TV Verdes Mares, de Fortaleza. A homenagem será prestada a pedido do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Segundo Jereissati, a TV Verdes Mares é fruto do espírito empreendedor de seu fundador, o empresário Edson Queiroz. O senador lembrou ainda que ela foi uma das primeiras afiliadas da Rede Globo e é líder de audiência no Ceará. Ele ressaltou também a modernidade dos equipamentos e o “elevado nível dos profissionais e colaboradores da emissora, que já venceu diversos prêmios.

Proposta visa ampliar produção de radioisótopos

A oferta de produtos de medicina nuclear para diagnóstico e tratamento médicos – como a radioterapia em casos de câncer, por exemplo – poderá ser ampliada, caso seja aprovada pelo Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 100/07, que autoriza a produção, por empresas privadas, de radioisótopos para pesquisa e uso médicos.

A PEC exclui do regime de monopólio estatal os materiais radioativos utilizados nesse setor. Para ser votada em 1º turno no Senado, entretanto, é preciso que o Plenário aprecie antes duas medidas provisórias (MPs) e um projeto de lei, que bloqueiam a pauta.

A emenda do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), assinada por outros 32 senadores, altera dois itens da Carta para autorizar, ainda sob o regime de permissão, a produção e a comercialização de todos os radioisótopos de uso médico por empresas e instituições privadas, mas mantém o controle sobre a atividade pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Aprovada sem modificações pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a PEC foi relatada pelo senador César Borges (PR-BA). A Emenda à Constituição 49/06 excluiu do monopólio da União e autorizou, sob regime de permissão, a produção e comercialização de radioisótopos de meia vida igual ou inferior a duas horas – com os quais são produzidos radiofármacos empregados no diagnóstico de diversas patologias.

Ele afirma, no entanto, que essa medida é insuficiente, porque há demanda por outros tipos de radioisótopos, que seriam “essenciais na medicina nuclear – seja para fins de diagnóstico, seja para terapia –, mas que continuam monopólio da União”, por não se enquadrarem na categoria prevista na Emenda à Constituição 49/06.

Como somente dois órgãos estatais – o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, em São Paulo, e o Instituto de Engenharia Nuclear, no Rio de Janeiro – estão autorizados a produzir radioisótopos, o abastecimento de serviços de saúde em regiões afastadas desses centros é dificultado ou mesmo impedido.

Interior sem acesso

Alvaro Dias ressaltou que isso “acarreta consequências nefastas”, pois somente hospitais e clínicas situados nas proximidades dessas duas cidades podem ser abastecidos com radioisótopos. O relator acrescenta que a logística envolvida no transporte desses produtos a longa distância acaba por encarecer muito os procedimentos médicos que os utilizam.

“O resultado dessa situação é que uma parcela significativa de pacientes deixa de ter acesso a esses recursos médicos, enquanto outros ficam obrigados a deslocar-se – com ônus financeiro, desconforto e mesmo risco de agravamento de suas condições de saúde – até os centros que dispõem da tecnologia”, disse o relator César Borges.



Adelmir diz que o interesse de Brasília deve prevalecer na eleição indireta

Adelmir reafirma ser contra intervenção no Distrito Federal

Adelmir Santana (DEM-DF) reafirmou na sexta-feira sua posição contrária à intervenção no Distrito Federal como forma de solucionar a crise que se instalou em Brasília. O senador defendeu o processo de escolha indireta do governador pelos deputados distritais, mas advertiu que, nessa escolha, têm que prevalecer os interesses da cidade e não dos parlamentares.

– Estou certo e acredito plenamente que, quando chegar o momento da escolha, haverá de prevalecer o espírito público em benefício da nossa cidade e a grande intervenção se dará no mês de outubro: a intervenção pelo voto. É aí que os brasilienses terão a oportunidade

de reafirmar suas escolhas e fazerem efetivamente a grande intervenção – salientou o parlamentar.

Adelmir afirmou que os brasilienses não devem pagar pelos erros dos seus políticos, “mesmo porque estão sofrendo e pagando por atitudes que não são nobres”. Disse ter a certeza de que tudo será corrigido de “forma democrática, com o voto de cada um”.

– Temos, portanto, uma chance de transformar essa crise em oportunidade, na busca de soluções que sirvam de exemplo positivo para todo o país, porque todas as ações que aqui são desenvolvidas têm ressonância em todo o Brasil.

Simon lamenta que deputado abandone eleições

Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou na sexta-feira a decisão do deputado federal José Eduardo Cardozo (PT-SP), anunciada no último dia 12, de não mais disputar eleições. Cardozo ressaltou que um dos principais motivos de sua decisão foi a ausência de uma reforma eleitoral “radical”.

– Ele se desiludiu após uma luta intensa para moralizar a causa pública, a começar pela forma como a eleição se realiza – comentou Simon.

De acordo com o senador, Cardozo “defendeu fanaticamente, por exemplo, a verba pública de campanha, mas foi derrotado”. Quando anunciou a decisão, o deputado disse não se sentir “confortável em disputas nas quais os recursos financeiros cada vez mais decidem o sucesso de uma campanha, em que apoios eleitorais não são obtidos pelo convencimento político das ideias, pelo programa ou pela atuação do candidato, mas



Pedro Simon reitera sua admiração pelo petista José Eduardo Cardozo

quase sempre pelo quanto de ‘estrutura’ financeira ele pode distribuir”.

Ao reiterar sua admiração por Cardozo, Simon lembrou que, durante o escândalo do mensalão, membros do PT defenderam uma reforma no partido, “com Tarso Genro à frente desse movimento e José Eduardo Cardozo como seu aliado”.

Apesar do anúncio, Cardozo não abandonará a carreira política. Ele continua a atuar como secretário-geral do PT.

Começa hoje curso de formação para aprovados em concurso

Começa hoje o curso de formação para os candidatos aprovados na primeira fase do concurso para a área de Comunicação Social do Senado.

A convocação foi publicada em 15 de março no site da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O curso é uma etapa seletiva e eliminatória do concurso, e não configura compromisso de nomeação do candidato.

A matrícula, disponível desde 16 de março, é realizada exclusi-

vamente via internet (<http://concurso.fgv.br/senado08>). Exige-se a entrega, no primeiro dia de curso, da documentação necessária à investidura no cargo.

O curso terá duração de 100 horas e será realizado na sede da FGV (Av. L2 Norte, Qd. 602, módulos A B e C). Mais informações pelo telefone 61 3225-9132 ou pelo e-mail leonardo.teixeira@fgv.br. A lista de convocação pode ser vista em www.senado.gov.br/comunicacionalagencia/pdfs/lista.pdf

Comissão de Infraestrutura promove hoje audiência para a qual foram convidados representantes da Petrobras, do IBP, da CNI e do Laboratório Nacional do Bioetanol

Debate: os desafios para explorar petróleo e etanol

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) realiza hoje a quarta reunião do ciclo de audiências públicas Recursos Humanos para Inovação e Competitividade – Agenda 2009/2015. Esse painel tratará dos “Desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de recursos humanos em energia – petróleo e etanol”.

Foram convidados o gerente executivo de Recursos Humanos da Petrobras, Diego Hernandez; o gerente de tecnologia do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Combustível (IBP), Raimar van den Bylaardt; o diretor do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol, Marco Aurélio Pinheiro Lima; e o diretor de Operações da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi. A reunião ocorrerá na sala 13 da ala Alexandre Costa.

O novo ciclo de debates teve início no dia 1º de março e vai até 17 de junho, prevendo 14 audiências públicas. A iniciativa tem por objetivo reunir subsídios para a formação de mão de obra necessária para enfrentar os desafios nos setores ligados



Mão de obra na indústria de petróleo é tema do quarto debate do ciclo

à infraestrutura no país.

Até agora, já se debateram os temas “Recursos humanos para inovação e competitividade”; “A política de formação e capacitação de recursos humanos frente à política de desenvolvimento produtivo”; e “desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de profissionais da área de engenharia do Brasil”.

Os próximos painéis são:

– Painel 5, no dia 29 de março: “Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para

exploração, refino e distribuição dos produtos existentes nas reservas petrolíferas do pré-sal”;

– Painel 6, em 12 de abril: “Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para prospecção e exploração mineral”;

– Painel 7, dia 19 de abril: “Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas em 2016. Demandas das cidades que sediarão os dois eventos. Necessidade de infraestrutura e de formação e capacitação da mão de obra necessária”;

Heráclito cobra posição de Dilma sobre royalties

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) defendeu que se cobre da ministra-Chefe da Casa Civil e candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff, sua posição a respeito da disputa em torno dos royalties do petróleo. Segundo ele, a opinião de Dilma é ainda mais indispensável pelo fato de ter sido na Casa Civil que os projetos que tratam das regras de exploração e distribuição das reservas ganharam formato final.

Heráclito citou nota publicada na sexta-feira por Ancelmo Gois, em sua coluna no jornal *O Globo*. Nela, o jornalista observou que falta conhecer o que pensa sobre o assunto a ministra Dilma – líder na corrida presidencial nas pesquisas no Nordeste e também a candidata de Sérgio Cabral, o governador do Rio de Janeiro, estado mais prejudicado pela emenda da Câmara

dos Deputados que mudou a distribuição dos royalties.

– Ninguém está contra a Cidade Maravilhosa, mas precisamos entender que temos a obrigação de defender nossas regiões, que sofrem com a maneira insensível com que o governo vem nos tratando – afirmou.

Como solução para o impasse, Heráclito sugeriu que o governo

abra mão de metade dos 40% dos royalties do petróleo assegurados à União, conforme projeto que saiu da Câmara e agora está no Senado. Com essa parcela, defendeu o senador, seriam atendidas as reclamações dos produtores. Ele observou ainda que, na votação da Câmara, muitos deputados de São Paulo votaram a favor da emenda.



Opinião de Dilma é ainda mais indispensável pelo fato de os projetos terem recebido formato final na Casa Civil, argumenta Heráclito

Senado entrega livros em braille e em áudio

O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP) e o setor braille da Defensoria Pública do Estado do Tocantins serão as primeiras entidades a receberem o novo kit de publicações que o Senado distribui para organizações que oferecem serviços aos portadores de deficiência visual. Além dos livros em braille, audiolivros também serão doados em solenidade agendada para hoje, às 17h, no estande da instituição

instalado no 6º Salão do Livro do Tocantins.

Mais de 500 editoras participam do salão, em que estão expostos cerca de 80 mil títulos em 115 estandes. A feira literária começou na sexta-feira e prosseguirá até o dia 28 de março.

Os livros impressos na linguagem braille que o Senado entregará à Defensoria Pública e ao Centro de Apoio Pedagógico são a *Constituição federal de 1988*, o *Acordo ortográfico*

da língua portuguesa, a *Lei de acessibilidade da pessoa com deficiência*, a *Constituição do estado do Tocantins* e o *Dicionário da língua portuguesa em Braille*, que inclui cerca de 10 mil verbetes.

As duas instituições receberão os audiolivros *Estatuto da criança e do adolescente*, *Constituição federal de 1988*, *Código Civil brasileiro* e a *Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência*.